



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI
ESTADO DE MINAS GERAIS

REQUERIMENTO N. 235/2022

Excelentíssimo Senhor
Vereador Leonardo Rodrigues da Silva Neto
Presidente da Câmara Municipal
ARAGUARI

Senhor Presidente,

O vereador que a este subscreve vem respeitosamente requerer ouvido o Plenário na forma regimental, o envio de ofício ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal Renato Carvalho Fernandes, extensivo as Secretarias competentes, encaminhando ANTEPROJETO sobre a instituição e o funcionamento do Fórum Permanente de Desenvolvimento Sustentável de Araguari.

Nestes Termos, pede e espera deferimento.

Câmara Municipal de Araguari, Estado de Minas Gerais, sala das sessões, em 25 de Janeiro de 2022.

Paulo César Pereira
Vereador – Proponente

APROVADO 14 votos
REPROVADO - votos
DEFERIDO - ()
Sala das sessões, em 25/01/2022





CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI
ESTADO DE MINAS GERAIS

ANTEPROJETO DE LEI N. _____/2022.

**“Dispõe sobre a instituição e o funcionamento do
Fórum Permanente de Desenvolvimento Sustentável
de Araguari.”**

A Câmara Municipal de Araguari, Estado de Minas Gerais, aprova e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituído o Fórum Permanente de Desenvolvimento Sustentável de Araguari, para receber, discutir e deliberar sobre as demandas e temáticas relacionadas às políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento sustentável, assegurando:

I – a efetiva participação da população na defesa do meio ambiente;

II – a integração do Município com o Estado, a União e os Municípios vizinhos, no trato das questões ambientais;

III – fomentar a educação ambiental da população em geral e, em especial, das comunidades escolares.

Art. 2º São atribuições e objetivos do Fórum:

I – elaborar o Programa de Educação Socioambiental do Município de Araguari;

II – propor, planejar e executar ações de mobilização socioambiental;

III – organizar, executar e apoiar os eventos do calendário ecológico e de outras áreas afins;

IV – realizar seminários, cursos, palestras e outras atividades de formação e informação socioeducativas;

V – propor e executar projetos socioambientais em parceria com outros órgãos da Administração Pública, Sociedade Civil Organizada, Terceiro Setor e Setor produtivo;

VI – criar Comissões Temáticas e Grupos de Trabalho;

VII – estimular a democracia participativa, a cidadania, a relação ética e responsável com o meio ambiente e com as pessoas.

Art. 3º O Fórum será composto por representantes do poder público e da sociedade civil organizada, com os respectivos membros:

I – Membros do poder público:

- a) 1 (um) membro da Secretaria Municipal de Educação;
- b) 1 (um) membro da Secretaria Municipal do Trabalho e Ação Social;
- c) 1 (um) membro da Secretaria Municipal de Esporte e Juventude;
- d) 1 (um) membro da Secretaria Municipal de Saúde;
- e) 1 (um) membro da Secretaria Municipal de Planejamento, Habitação e Orçamento;
- f) 1 (um) membro da Autarquia Municipal de Trânsito e Mobilidade Urbana;
- g) 1 (um) membro da Secretaria Municipal de Gabinete;
- h) 1 (um) membro da Secretaria Municipal de Políticas sobre Drogas;
- i) 1 (um) membro da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e Distritais;
- j) 1 (um) membro da Secretaria Municipal de Fazenda;
- l) 1 (um) membro da Secretaria Municipal de Obras;
- m) 1 (um) membro da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo;
- n) 1 (um) membro da Secretaria Municipal de Administração.

II – Membros da sociedade Civil:

- a) entidades criadas com a finalidade de defesa do meio ambiente;
- b) entidades criadas representativas do setor econômico, comercial e industrial;
- c) associações de moradores de bairro do Município de Araguari e distritos;
- d) entidades e ou instituições de ensino e de pesquisa científica e acadêmicas.

§ 1º Os membros do poder público serão indicados pela direção de cada um dos órgãos e entidades mencionados.

§ 2º O órgão ou entidade poderá substituir o membro efetivo indicado, mediante comunicação, por escrito, dirigida à Coordenação Geral do Fórum.

§ 3º Os membros da sociedade civil não terão a titularidade da cadeira, participando das reuniões do Fórum quando houver pertinência temática com a matéria e ou região administrativa que estiver em pauta, sendo previamente convidados por meio da Coordenação Geral.

§ 4º As reuniões terão caráter público, podendo qualquer interessado dela participar e se fazer presente.

§ 5º Nenhum membro do Fórum será remunerado por este motivo, sendo sua participação considerada de relevante interesse público.

Art. 4º A coordenação geral do Fórum caberá à Secretaria de Meio Ambiente que se estruturará por meio de:

I – Coordenação geral

II – Diretoria Executiva

III – Diretoria de apoio e infraestrutura

Parágrafo único. Poderão ser criadas comissões temáticas e grupos de trabalho para execução de propostas e temas afetos ao Fórum Permanente de Desenvolvimento Sustentável.

Art. 5º As reuniões serão realizadas preferencialmente de forma presencial, podendo ocorrer por meio de plataformas virtuais.

§ 1º Ocorrendo de forma presencial, serão realizadas com o número máximo de 25 participantes e, excepcionalmente, de acordo com a adequação do local e da pauta, receber um número maior, observando os protocolos de biossegurança.

§ 2º Enquanto durar o estado de pandemia causada pela Covid-19, deverão ser observados todos os protocolos sanitários e de biossegurança recomendados pelas autoridades de saúde.

Art. 6º As reuniões ocorrerão mensalmente, com pauta previamente definida e divulgada pela Coordenação geral.

§ 1º Em caráter extraordinário, o calendário previsto no caput poderá ser alterado de acordo a critério da Coordenação Geral.

§ 2º A sede de reunião do Fórum será escolhida pela Secretaria de Meio Ambiente e coordenação geral.

Art. 7º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI, Estado de Minas Gerais, em 25 de Janeiro de 2022.

Paulo César Pereira
Vereador - Proponente



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAGUARI
ESTADO DE MINAS GERAIS

JUSTIFICATIVA:

O Fórum Permanente de Desenvolvimento Sustentável de Araguari, tem como principal objetivo discutir e deliberar sobre as demandas e temáticas relacionadas às políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento sustentável, que são as vertentes mais discutidas na atual conjuntura socioambiental no mundo.

A participação social nas decisões e perspectivas da administração pública, é a nova tendência da administração pública, ouvir os anseios dos munícipes e suas pretensões garantem uma transparência e uma maior aprovação da administração.

No capítulo III, seção I, artigos 115, 116, 117 e 118, do Plano Diretor do Município de Araguari, trata-se do Processo de Planejamento e Gestão Municipal, e a criação do Sistema Municipal de Planejamento e Gestão Territorial, onde tem como objetivo criar canais de participação da sociedade na gestão municipal da política urbana, criando estratégias políticas e prioridades nos programas e projetos que buscam o bem estar social e o crescimento sustentável.

O caminho para a construção de cidade sustentável só será possível com a participação de todas as áreas da sociedade e todos os meios envolvidos, criar um fórum permanente, onde se discute e busca soluções para os problemas sociais.

Paulo César Pereira
Vereador - Proponente